

1 **Ata da 45ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades realizada nos dias 15, 16 e**
2 **17 de junho de 2015.**

3
4 As Reuniões dos Comitês foram realizadas na tarde do dia 15 e pela manhã do dia 16 de
5 junho de 2015. Devido à falta de quórum para a instalação dos trabalhos no pleno do
6 Conselho das Cidades (ConCidades) a abertura foi adiada para o dia 17. Nesse dia o
7 Secretário-Executivo do ConCidades, Cláudio Trinchão abriu a Reunião, e convidou
8 para compor a mesa representantes de todos os segmentos do colegiado. **1.** Foi realizada
9 a adequação da pauta e aprovada, sem modificações, a ata da 44ª Reunião. **2.** O Plenário
10 aprovou o adiamento para a próxima reunião do Tema de Conjuntura: Governança
11 Metropolitana – desafios e perspectivas da implementação do Estatuto da MetrÓpole. **3.**
12 O Ministro de Estado das Cidades, Gilberto Kassab, justificou sua ausência no dia
13 anterior, manifestou sua satisfação em participar, definir compromissos e trabalhar pela
14 valorização contínua do Conselho. Enfatizou o seu comprometimento em discutir as
15 premissas da Fase 3 do Programa Minha Casa Minha Vida. **4.** Após sua manifestação
16 assinou os avisos interministeriais que diligenciam a criação do Grupo de Trabalho
17 Intersetorial do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. **5.** O Poder Público
18 Municipal solicitou a realização de uma reunião do segmento com o Ministro das
19 Cidades. **6.** A seguir, a Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães, esclareceu as
20 dúvidas dos Conselheiros quanto ao Programa Minha Casa Minha Vida.
21 **ANDAMENTO DAS RESOLUÇÕES: 1.** O Secretário-Executivo do Conselho das
22 Cidades apresentou a situação atual das resoluções aprovadas na Reunião passada. A
23 Resolução Recomendada nº 175 de 13/03/2015, sobre a realização de um seminário
24 nacional relativo ao Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil foi
25 publicada em 29/05/2015; o Ministério das Cidades já encaminhou aviso informando a
26 sua aprovação à Secretaria-Geral da Presidência da República. **2.** A Resolução
27 Recomendada nº 176 de 13/03/2015, sobre a busca de soluções pacíficas para uma
28 ocupação em Palmas está em tramitação. Entretanto, houve perda do objeto, visto que
29 ocorreram desdobramentos na conjuntura que estava colocada por ocasião da aprovação
30 da Resolução. **3.** A Resolução Recomendada nº 172 de 03/12/2014, sobre o faturamento
31 da energia elétrica para os serviços de transporte público por tração elétrica já foi
32 publicada, e o processo foi encaminhado dia 28 de abril para a Casa Civil e demais
33 Ministérios envolvidos, para providências quanto à instituição do grupo de trabalho que
34 irá examinar o assunto. **PERÍODO DA TARDE: 1.** Em dezembro de 2015 vence o
35 prazo para os municípios elaborarem seus planos diretores e de saneamento ambiental.
36 Foi solicitado que o tema fosse pautado nas próximas reuniões, pois muitos municípios
37 ainda não elaboraram seus planos. Ponderou-se que a agenda municipalista dentro do
38 Conselho ainda é muito frágil. **DELIBERAÇÃO DO CALENDÁRIO DA 6ª**
39 **CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES: 1.** Foram indicadas, para
40 deliberação no pleno pelo Grupo de Trabalho da 6ª Conferência Nacional das Cidades,
41 duas propostas de calendário para a evolução do processo da Conferência. Uma delas
42 entre janeiro de 2016 e maio ou junho de 2017 e a segunda iniciando em janeiro de
43 2017 e finalizando em dezembro do mesmo ano. A primeira proposta venceu por 24 a
44 22 votos do Plenário, com o seguinte formato: Conferências Municipais - 1 de janeiro
45 de 2016 a 30 de junho de 2016; Conferências Estaduais - 1 de novembro de 2016 a 31
46 de março de 2017 e Conferência Nacional - maio ou junho de 2017. **INFORME**
47 **SOBRE A CONFERÊNCIA HABITAT III: 1.** O Diplomata Carlos Cuenca realizou
48 informe sobre a segunda reunião do Comitê Preparatório da Conferência Habitat III
49 (Prepcom), que ocorreu em abril, na cidade de Nairóbi, Quênia. Relatou que na
50 Prepcom foram discutidos o regulamento da Conferência e as regras de credenciamento

51 de ONGs e outros atores interessados, inclusive governos locais, cujo documento não
52 chegou a ser aprovado. Um grupo de agências da Organização das Nações Unidas,
53 denominado “Força Tarefa da ONU”, tinha a responsabilidade de elaborar uma primeira
54 versão de um grande conjunto de documentos de base para a Conferência, sobre seis
55 grandes áreas: coesão social e equidade; legislação urbana; desenvolvimento espacial;
56 economia urbana; meio ambiente urbano; e habitação e serviços básicos. Essa versão
57 inicial foi publicada quatro dias antes da Prepcom gerando queixas de diversos países,
58 incluindo o Brasil, pelo fato do curto prazo inviabilizar uma discussão substantiva. Até
59 o final do ano serão criados grupos de trabalho que irão aprofundar o debate dos temas e
60 produzir textos que serão insumos técnicos para o primeiro projeto da Nova Agenda
61 Urbana. O Conselheiro Nelson Saule é um dos especialistas indicados pelo governo
62 para participar desses grupos. **RELATO DO COMITÊ TÉCNICO DE**
63 **SANEAMENTO AMBIENTAL. 1.** Indicação de representantes do Conselho para
64 compor grupo de trabalho junto ao Ministério da Saúde para revisão da Portaria de
65 Potabilidade da Água para consumo humano. Acordou-se que haveria a indicação de
66 um representante do Movimento Popular para titular e um para suplente. **2.** GTI
67 Plansab: discussão do Plano Plurianual 2016 a 2019 (PPA 2016-2019), sugerindo-se sua
68 adequação aos ditames do Plano Nacional de Saneamento. **3.** Planos Municipais de
69 Saneamento Básico: informe acerca do ofício encaminhado à Caixa Econômica Federal
70 solicitando que os proponentes do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2)
71 que não tiveram êxito em obter autorização deveriam ter tido seus projetos cancelados
72 em março deste ano. **4.** Apresentação e discussão da nota informativa sobre o controle
73 social no saneamento, necessário para acessar recursos e propostas para o PPA. **5.**
74 Acompanhamento das prioridades da 5ª Conferência. **6.** A discussão sobre as
75 Resoluções Recomendadas ns. 147 e 157 foi adiada para a próxima reunião. **RELATO**
76 **DO COMITÊ TÉCNICO DE PLANEJAMENTO: 1.** Elaboração dos Cadernos
77 Técnicos sobre os temas: Zonas Especiais de Interesse Social, Estudo de Impacto de
78 Vizinhança, IPTU, Transferência de Direito de Construir, e Parcelamento e Edificação
79 Compulsória – PEUC, o qual se encontra em estágio mais avançado. **2.** O Comitê
80 decidiu que a Campanha da Função Social da Propriedade deve ser uma pauta
81 constante. A Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos (Snapu)
82 informou que o assunto está em tratativa com a Assessoria de Comunicação - ASCOM.
83 Ficou deliberado que na próxima reunião serão tratadas estratégias para viabilizar a
84 campanha. **3.** Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano: foi discutido o capítulo da
85 Assistência Técnica no âmbito do Grupo de Trabalho interno. Após longo debate foi
86 sugerida a realização de uma reunião extraordinária, nas datas 13 e 14/08/2015 acerca
87 do PlanUrb e Campanha da Função Social da Propriedade. **4.** PPA: A Snapu terá ao seu
88 cargo três programas no PPA: desastres, planejamento urbano e direitos urbanos. **5.**
89 Informe dos trabalhos acerca das Regiões Metropolitanas realizados no âmbito do
90 acordo de cooperação com a ONU HABITAT. **6.** Informe a respeito do GT de
91 Conflitos Fundiários Urbanos. **7.** Prioridades da 5ª Conferência: houve um debate sobre
92 a necessidade de se retomar o tema dos problemas relacionados às cidades com menos
93 de 20 mil habitantes numa próxima reunião. **RELATO DO COMITÊ TÉCNICO DE**
94 **HABITAÇÃO: 1.** Proposta da Secretaria Nacional de Habitação (SNH) para o PPA
95 2016-2019. Foi solicitado e aceito como encaminhamento que as propostas levantadas
96 nos eventos Dialoga Brasil e Seminários Regionais sejam inseridas na proposição
97 orçamentária do PPA do Ministério, para reforçar a necessidade de centralizar a
98 temática da Reforma Urbana no plano plurianual. **2.** Sobre a questão da participação e
99 da compreensão das peças orçamentárias, houve a sugestão de que os cursos de
100 orçamento da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP para servidores sejam

101 também estendidos aos conselheiros. Também foi sugerido que o GT Orçamento volte a
102 se reunir, para que os conselheiros possam contribuir melhor. **3.** Balanços do PAC e do
103 MCMV, com data base de 30 de abril de 2015. **4.** Os gerentes Rui Pires e Marcos
104 Vasconcelos mostraram que na transição do MCMV 1 para o MCMV 2, os primeiros
105 meses de funcionamento do MCMV 2 funcionaram sob as regras do MCMV 1. Muitos
106 conselheiros reclamaram sobre a demora em iniciar o MCMV 3. **5.** Apresentação do
107 programa Construção Consciente por uma representante da Companhia Estadual de
108 Habitação Popular - CEHAP/Paraíba. **6.** Relato do GT Autogestão contendo o plano de
109 trabalho e agenda com as metas organizadas por período. **7.** Foi proposta mudança na
110 Portaria 595/2013. **8.** Foi solicitada a revisão da Instrução Normativa do MCMV-
111 Entidades, para retornar a possibilidade de assistência técnica em municípios com até
112 50.000 habitantes na terceira fase do Programa. **RELATO DO COMITÊ TÉCNICO**
113 **DE MOBILIDADE. 1.** O Subgrupo de Trabalho sobre os pequenos municípios
114 debateu os conteúdos mínimos necessários para a implementação das políticas de
115 mobilidade urbana, acesso a recursos, elaboração de projetos, considerando as
116 especificidades desses municípios. **2.** O Subgrupo de Trabalho CBTU/TRENSURB
117 auxiliado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e Empresa de Trens
118 Urbanos de Porto Alegre (TRENSURB) debateu o sistema metro-ferroviário em todo o
119 país e sua importância estratégica. O trabalho desse subgrupo será ponto de pauta na
120 próxima reunião. **3.** Foi realizada a apresentação das prioridades da 5ª Conferência
121 juntamente com questões do PPA. **4.** Possibilidade da criação de mais dois GTs caso o
122 Comitê não consiga vencer os conteúdos nos subgrupos. **RESOLUÇÕES. 1.** Foi
123 aprovada Resolução Administrativa de criação da Coordenação Executiva da 6ª
124 Conferência Nacional das Cidades. Foi pactuado que duas reuniões dessa Coordenação
125 serão casadas com a reunião do Conselho das Cidades neste ano. **2.** Foi aprovada
126 Resolução que recomenda aos estados e municípios a posse de conselheiros eleitos na 5ª
127 Conferência Nacional das Cidades. **3.** A Resolução que recomenda aos estados a
128 adequação do arcabouço legal das respectivas regiões metropolitanas ao Estatuto da
129 MetrÓpole e a publicação de orientações pelo Ministério das Cidades foi aprovada. **4.** A
130 Resolução que Recomenda aos Governos dos Estados de Amazonas e Goiás a adoção
131 das medidas necessárias para o funcionamento do Conselho das Cidades foi aprovada.
132 **5.** Foi aprovada Resolução que recomenda alteração da Lei que cria o Conselho
133 Municipal de Política Urbana – COMPUR e a instalação do Conselho Municipal da
134 Cidade de Goiânia. Um representante do segmento do Poder Público Municipal refutou
135 a proposta, relatando que uma recomendação oriunda da 5ª Conferência de Goiânia foi
136 enviada à Câmara dos Vereadores sob a forma de projeto de lei, mas lá sofreu
137 alterações, entre elas a retirada das entidades dos movimentos sociais, que foram
138 substituídas por entidades empresariais. Em oposição a essa fala, conselheiros de
139 Goiânia narraram que foi a própria Prefeitura de Goiânia que efetuou as alterações na
140 composição, diminuindo a proporcionalidade de participação da sociedade civil. O
141 Secretário-Executivo sugeriu que a discussão fosse adiada para a próxima Reunião do
142 ConCidades, a fim de que fossem apresentados subsídios que pudessem desfazer o
143 conflito de informações, pelo representante da municipalidade de Goiânia. Os
144 conselheiros goianos ponderaram que o problema se arrasta há mais de dois anos sem
145 nenhum resultado positivo e, assim, a proposta foi colocada em votação e aprovada a
146 resolução. **MOÇÕES. 1.** Foi apresentada uma moção de apoio aos moradores da
147 comunidade Coliseu, em Manaus. A moção foi aprovada com a condição de que o texto,
148 posteriormente, recebesse adequações. **ENCERRAMENTO. 1.** O Secretário-Executivo
149 do Conselho das Cidades considerou cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e
150 deu por encerrada a Reunião.